



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2014.

(Do Sr. Miro Teixeira)

Ao Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos.

Senhor Presidente,

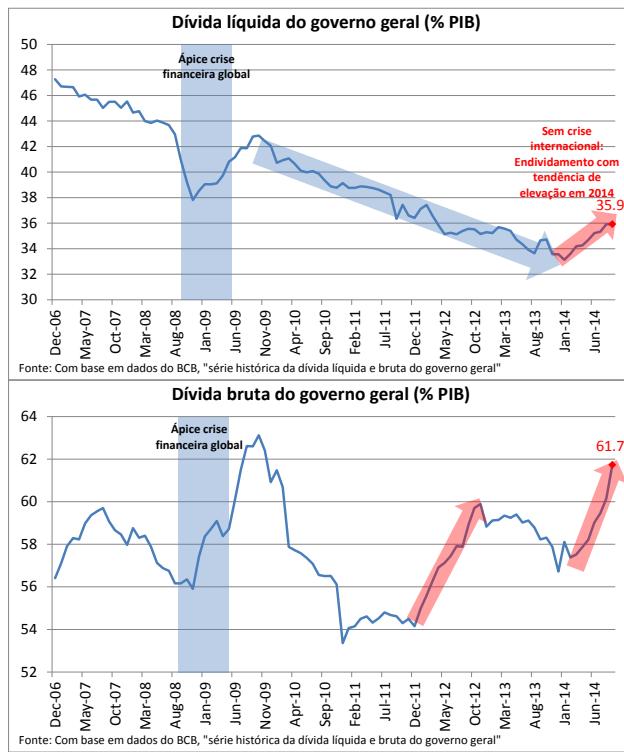
Formulo a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requerimento de informação ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, em face da necessidade dos seguintes esclarecimentos:

(1) Operações compromissadas

- As operações compromissadas são utilizadas pelo BCB para administrar liquidez no sistema. O Tesouro Nacional não vai a mercado e a liquidez migra para as operações compromissadas do BCB (das quais, segundo o Quadro XXXVII em “Política Fiscal – Nota para a Imprensa”), 80,2% do saldo das operações são ou de curíssimo prazo ou de 2 semanas a 3 meses. Por que não faz o Tesouro a administração dessa liquidez, inclusive as rolagens, passando parte dessa responsabilidade para o BCB, que a implementa com o uso excessivo de compromissadas?

(2) Endividamento público

- Aumento do endividamento público: No Relatório de Inflação (RI) de dez-2013, o BCB analisou a trajetória para a dívida líquida e a dívida bruta do governo geral. Em nenhum dos cenários foi contemplado o que de fato ocorreu: Forte aumento do endividamento público ao longo de 2014, concomitante com aumento expressivo na taxa de juros implícita da dívida líquida, que, no acumulado em 12 meses, passou de 15,0% em dez-2012 para 16,9% em dez-2013 para 18,0% em set-2014, a taxa mais elevada desde nov-2003, quando a taxa Selic estava em 19,00% aa vs. 11,25% aa em nov-2014. Com esse pano de fundo, qual o risco de o Brasil perder o “grau de investimento” e quais seriam os impactos desta perda na economia brasileira?

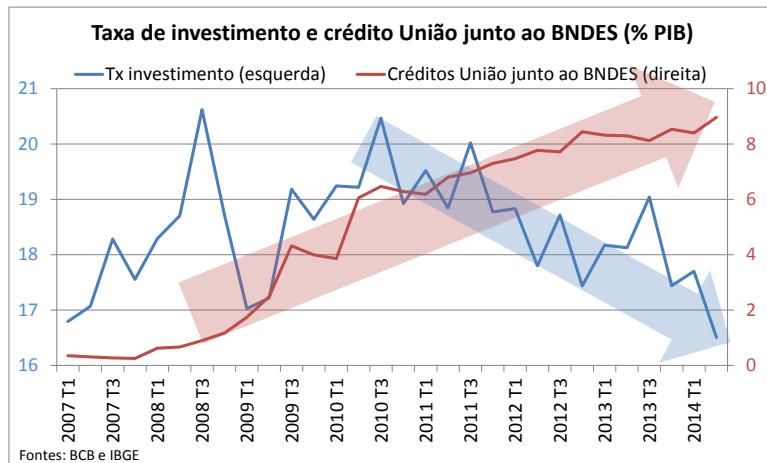


- No RI de mar-2013, o Copom discorreu sobre as finanças dos governos regionais, ressaltando que, no biênio encerrado em 2012, houve redução do superávit primário e aumento do endividamento. Porém, o Copom trabalhava com o cenário de retomada da tendência declinante interrompida em 2012, o que não aconteceu; ao contrário, a velocidade de deterioração se intensificou. (1) Os estados e municípios estão seguindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000)? (2) Essa trajetória é compatível com a sustentabilidade fiscal dos entes subnacionais? (3) Como é possível reverter a queda do superávit primário desses entes da federação? (4) Qual o impacto das perdas estimadas em R\$59 bilhões com a renegociação de dívidas dos estados e municípios (Projeto de Lei Complementar 99/2013) nas contas fiscais do governo central? (5) Assumindo-se um PIB de R\$5.076,6 bilhões, pode-se inferir que essas perdas resultariam em um aumento de 1,2% PIB no endividamento bruto do governo central?



(3) Investimento

- O Copom tem informado em suas comunicações formais com a sociedade desde jan-2014 que trabalha com “mudanças na composição da demanda e da oferta agregada”, indicando esperar forte expansão dos investimentos enquanto a taxa de crescimento do consumo deveria moderar. Com relação aos investimentos, notamos que a taxa de investimentos da economia vem persistentemente caindo desde o pico pós-crise no 3º trimestre de 2010. O Copom, na ata de sua 186ª reunião, reafirma a expectativa de “investimentos [tenderem] a ganhar impulso”. Como o Copom explica que, ao mesmo tempo em que os créditos do governo central junto ao BNDES (banco público para fomento de investimentos) crescem vertiginosamente, a taxa de investimentos caiu para os menores níveis desde 2007?



(4) Caixa Econômica Federal (Caixa)

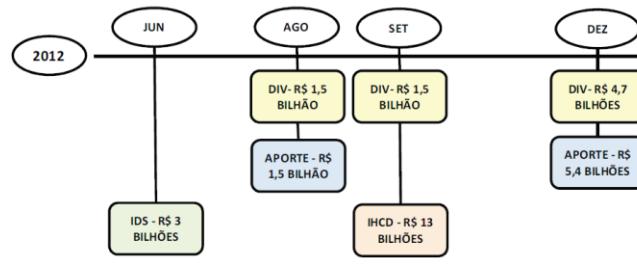
- Como a Caixa calcula os dividendos a serem pagos à União, sabendo-se que, no mínimo, 25% do lucro líquido são assegurados em dividendos? Nas notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis de 30/06/2014, a Caixa informa ter repassado à União R\$296,62 milhões em antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio. Porém, no 1º trimestre de



2014, o Tesouro informa ter recebido R\$1.762 milhões em dividendos pela Caixa. Como se explica essa disparidade nos números informados pelo pagador e pelo recebedor dos dividendos?

- Até ago-2014, segundo o Tesouro Nacional, a Caixa pagou R\$3,906 bilhões em dividendos à União. Esse valor é superior ao lucro líquido gerado pela Caixa de R\$3,390 bilhões no 1º semestre de 2014. Segundo Relatório de Auditoria Anual de Contas, elaborado pela SFC/DEFAZ – Coordenação-Geral da Auditoria da Área Fazendária para a Caixa, referente ao exercício de 2012, uma das consequências da distribuição de dividendos em patamares elevados foi “a necessidade de controlador fazer aportes de capital e de instrumentos híbridos de capital e dívida para permitir elevação dos empréstimos e o cumprimento do índice de Basiléia” (p. 7). Há riscos para a Caixa em antecipar dividendos em proporções elevadas – ainda que seja permitido – para o Tesouro, uma vez que deixa de elevar seu patrimônio líquido e colchão que teria disponível para absorver perdas em caso de aumento na inadimplência?

Principais movimentações do ativo e passivo em 2012



DIV: dividendos
APORTE: aumento de capital
IDS: instrumentos de dívida subordinada
IHCD: instrumentos híbridos de capital e dívida

Fonte: Relatório de Auditoria Anual de Contas, SFC/DEFAZ

- Qual o critério para pagamento de dividendos pela Caixa à União, pois os meses de pagamentos não mostram padrão ao longo dos anos?

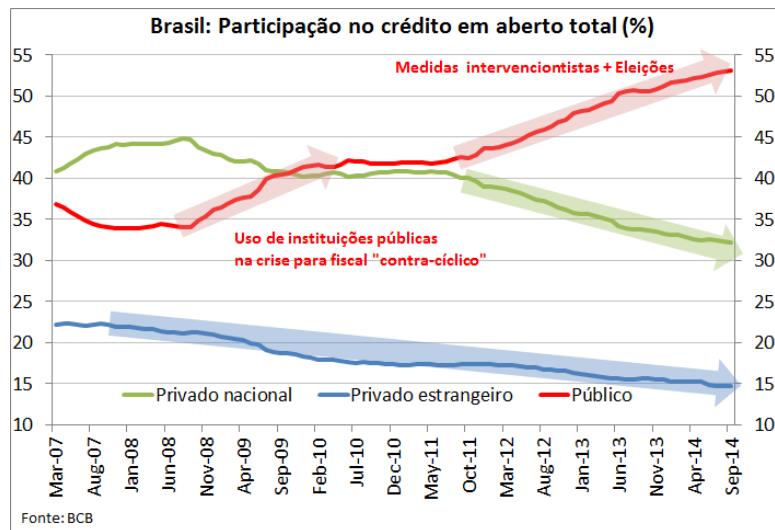
Tabela 4. Dividendos pagos à União pela Caixa por mês, 2010-2014 (R\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Janeiro	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	146	1.020	0	0	700
Março	0	0	0	0	0	642
Abril	0	500	0	0	0	16
Maio	0	0	0	0	0	404
Junho	0	0	800	0	1.200	0
Julho	500	0	0	0	0	0
Agosto	2.065	1.123	0	1.500	1.200	2.144
Setembro	0	0	1.360	1.500	600	0
Outubro	0	0	0	0	0	
Novembro	0	1.100	500	0	1.000	
Dezembro	0	1.070	0	4.700	0	

Fonte: STN



- Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): Segundo relatórios anuais da Caixa, o total contratado de empréstimos pelo programa entre 2009 e o 1º semestre de 2014 foi de R\$200,6 bilhões (faixa 1). Os subsídios podem ultrapassar 90% do valor do imóvel, pois as famílias pagam 5% de sua renda familiar durante 120 meses. Segundo dados do PAC 2, entre 2009 e 2013, o Governo Federal desembolsou R\$75,2 bilhões em subsídios para os empreendimentos da faixa 1. (1) Há risco para a caixa advindo de potencial concentração desse tipo de empréstimo em sua carteira? (2) Para 2015, qual será o custo desse programa para o governo federal e qual o impacto destes custos nas contas públicas?



Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2014.

Deputado MIRO TEIXEIRA

PROS/RJ